

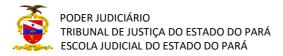
DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA

Módulo XI – Medidas Assecuratórias, Prisão, Medidas Cautelares e Liberdade Provisória/ Pós- Graduação em Direito Penal, Processo Penal e Direitos Humanos









TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

SETOR DEMANDANTE/REQUISITANTE: Escola Judicial do Estado do Pará

RESPONSÁVEL PELA DEMANDA: DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESOUISA – JEFERSON ANTÔNIO FERNANDES BACELAR

MATRÍCULA: 191736 TELEFONE: (91) 3110-6827

E-MAIL: jeferson.bacelar@tjpa.jus.br;

1. Justificativa da necessidade da contratação

O curso denominado de "Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Penal, Direito Processual Penal e Direitos Humanos", na modalidade presencial, com a utilização de plataforma de ensino remoto, será destinado, precipuamente, ao desenvolvimento integral de magistrados, magistradas, servidores e servidoras que atuam no âmbito da área penal e processual penal do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJEPA).

A Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará, que tem por função básica dentre outras, promover cursos de formação com o objetivo de fomentar o desenvolvimento das competências, habilidades e saberes de magistrados, magistradas, servidores e servidoras servidores primando pela busca ao conhecimento norteado pelos novos paradigmas, neste caso, do Direito Penal e Direito Processual Penal. O curso de Direito Penal, Direito Processual Penal e Direitos Humanos vem ganhando, cada vez mais, espaço frente à sociedade atual, globalizada.

A frequente mudança de comportamento do crime e do criminoso faz com que profissionais da área busquem atualizar sua atuação e/ou pesquisar tendências e novos campos de trabalho, tornando o Direito e o Processo Penal campos ricos e férteis. Desta forma o curso promoverá a sistematização de conhecimentos nas áreas penal e processual penal, possibilitando a melhoria da prestação jurisdicional no eixo do conhecimento jurídico abrangente da grande massa de conflitos judicializados.

Destarte, faz-se imperativa a discussão sistêmica sobre a história e a evolução do direito penal, processual penal e direitos humanos, sob os aspectos filosóficos, jurídicos e metodológicos, proporcionando uma leitura atual destes direitos, em consonância com a atual jurisprudência (*lato sensu e stricto sensu*) e de forma a preservar a dignidade da pessoa humana.

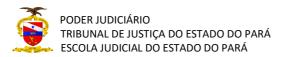
Sendo assim, o curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Direito Penal, Direito Processual Penal e Direitos Humanos tem por objetivo oferecer a magistrados, magistradas, servidores e servidoras











elementos teóricos e práticos capazes de atender e potencializar, de forma consciente e democrática, suas funções no âmbito do penal e processual penal e direitos humanos.

A contratação que constitui o objeto deste documento enquadra-se na modalidade de contratação direta por inexigibilidade de licitação, uma vez que o curso possui natureza singular, sendo prestada por profissional especializado, enquadrando-se no inciso II do art. 25 da Lei 9.6666/93, devendo ser adjudicado ao docente selecionado por valor global, considerando a indivisibilidade do serviço de natureza de ação educacional.

Além disso, para ministrar a disciplina no curso proposto não se dispõe de profissional interno, não havendo no TJPA servidor habilitado para ministrar a referida formação. Assim, a docente foi selecionada observando os requisitos nos termos da Súmula nº 252 do Tribunal de Contas da União.

2. Alinhamento com o Planejamento Estratégico e informar se consta no Plano de Contratações do TJPA, e, na ausência, justificar e informar as providências tomadas paraa atualização do Plano

A presente demanda consta no Plano de Contratações do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, para o exercício de 2022, encontra-se alinhada ao Planejamento Estratégico 2021-2023,no qual conta como Macrodesafio o "Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas", tendo como uma de suas iniciativas estratégicas "Aperfeiçoamento da formação de magistrados e magistradas, servidorese servidoras. Esta ação consta no Plano de Contratações da Escola Judicial do Poder Judiciário do Pará, EJPA, para o exercício de 2022, sendo ação imprescindível para o alcance das Metas do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Pará.

3. Quantidade de bem / serviço a ser contratada

Serviço de capacitação na modalidade de ensino remoto (plataforma TEAMS), para magistrados e magistradas, servidores e servidoras do TJPA.

4. Previsão da data em que deve ser iniciado o fornecimento dos bens/a prestação dos serviços

24 de junho de 2022.

Carga horária: 30 horas

5. Indicação dos integrantes das equipes de planejamento, de apoio e de gestão e fiscalização da contratação

5.1. Equipe de planejamento da contratação

Integrante Demandante

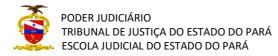
Nome: Jeferson Antônio Fernandes Bacelar











Matrícula: 191736

Telefone: (91) 3110-6827

E-mail: jeferson.bacelar@tjpa.jus.br

Integrante Técnico

Nome: Michelle Ribeiro Corrêa

Matrícula: 87173

Telefone: (91) 3110-6812

E-mail: michelle.correa@tjpa.jus.br

5.2. Equipe de gestão e fiscalização da contratação

Gestor do Contrato

Nome: Jeferson Antônio Fernandes Bacelar

Matrícula: 191736

Telefone: (91) 3110-6827

E-mail: jeferson.bacelar@tjpa.jus.br

Fiscal Demandante

Nome: Michelle Ribeiro Corrêa

Matrícula: 87173

Telefone: (91) 3110-6812

E-mail: michelle.correa@tjpa.jus.br

Fiscal Técnico

Nome: Michelle Ribeiro Corrêa

Matrícula: 87173

Telefone: (91) 3110-6812

E-mail: michelle.correa@tjpa.jus.br

Justificativa: O fiscal demandante será o mesmo fiscal técnico, pois a servidora possui expertise,

competência técnica e habilidade para atuar em ambos os casos.

Belém, 31 de março de 2022.

Responsável pela Formalização da Demanda

Diretor de Ensino e Pesquisa da Escola Judicial do Estado do Pará

Jeferson Antônio Fernandes Bacelar





